

# A POLÍTICA EXTERNA GUINEENSE: UMA ANÁLISE DO MANDATO DE UMARO SISSOCO EMBALÓ DE 2020 A 2023<sup>1</sup>

Dudú Pereira<sup>2</sup>

## RESUMO

O trabalho, em tela, procura analisar a política externa guineense, com foco na ação do atual presidente da república, sua excelência Umaro Sissoco Embaló (USE)<sup>3</sup> cujo mandato começou no dia 27 de fevereiro de 2020. Objetiva-se a compreender em que base se assenta a agenda da política externa durante o mandato da sua excelência presidente USE no período de 2020 a 2023. O artigo inicia por retomar, de uma forma breve, o conceito da política externa a partir das diferentes concepções, também se desdobra sobre a política externa da Guiné-Bissau trazendo análise de como foi instituída e como se desenvolveu ao longo dos tempos. Fecha destacando as missões e ações diplomáticas do país realizadas no período de estudo. Ao longo deste trabalho, utilizamos a pesquisa qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental com atenção especial dada à página de facebook de Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). O método histórico-analítico utilizado nos permitiu entender como agenda da política externa da Guiné-Bissau tem sido organizado no mandato de USE. O que nos leva essa consideração final que a política externa guineense no período em análise tem forte orientação do presidente Umaro Sissoco Embaló, pois nas suas viagens sempre estava acompanhado da ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros Suzi Carla Barbosa, também por governo durante este período ser um governo da iniciativa presidencial, no qual os ministros respondem as ordens do presidente.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau. Ministério dos Negócios Estrangeiros; Guiné-Bissau. Presidente (2020-2024 : Umaro Sissoco Embaló) - história e crítica; Guiné-Bissau - relações exteriores.

## ABSTRACT

This paper seeks to analyze Guinea-Bissau's foreign policy, focusing on the actions of the current president of the republic, His Excellency Umaro Sissoco Embaló (USE), whose term began on February 27, 2020. The aim is to understand the basis on which the foreign policy agenda is based during the term of His Excellency President USE from 2020 to 2023. The article begins by briefly reviewing the concept of foreign policy from different conceptions. It also expands on Guinea-Bissau's foreign policy, analyzing how it was established and how it developed over time. It closes by highlighting the country's diplomatic missions and actions carried out during the study period. Throughout this work, we used qualitative research, with an emphasis on bibliographical research and documentary research, with special attention given to the Facebook page of the Ministry of Foreign Affairs (MNE). The historical-analytical method used allowed us to understand how Guinea-Bissau's foreign policy agenda has been organized during USE's term. Which leads us to this final consideration that Guinean foreign policy in the period under analysis was strongly guided by President Umaro Sissoco Embaló, as he was always accompanied on his trips by former Minister of Foreign Affairs Suzi Carla Barbosa, also because the government during this period was a government of presidential initiative, in which ministers respond to the president's orders.

**Keywords:** Guinea-Bissau - foreign relations; Guinea-Bissau. Ministry of Foreign Affairs; Guinea-Bissau. President (2020-2024 : Umaro Sissoco Embaló) - history and criticism.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Basl'Ilele Malomalo.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais e Bacharel em Humanidades pela UNILAB.

<sup>3</sup> USE é abreviatura usada para se referir a Umaro Sissoco Embaló durante o processo eleitoral.

## 1 INTRODUÇÃO

No presente artigo pretende-se analisar a política externa guineense, no mandato do atual presidente da Guiné-Bissau Umaro Sissoco Embaló (USE) enaltecendo seus diferentes fatores determinantes em seu mandato iniciado no dia 27 de fevereiro de 2020, após o resultado final pronunciado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE, 2020) que tinha acontecido no dia 01 de janeiro de 2020.

Vale ressaltar que o mandato da sua excelência USE é gerido por um governo da iniciativa presidencial, após a queda do governo de PAIGC eleito na urna em 2019. Conforme o Jornal o Democrata (2020) o presidente Embaló justificou que existe incompatibilidade governativa entre as duas instituições. Por isso, para ele, a melhor forma de ultrapassar essa situação de crise era exoneração do primeiro ministro e conseqüentemente a formação de um governo de iniciativa presidencial. Assim sendo, usou suas prerrogativas constitucionais para derrubar o governo eleito nas urnas através de um processo eleitoral. É óbvio que esse estudo se enquadra no campo das Relações Internacionais, assim como da Ciência Política, entretanto a nossa linha é no campo da Ciência Política um dos ramos da Ciências Sociais. Este trabalho tem como abordagem qualitativo com ênfase a pesquisa bibliográfica. Segundo Fonseca (2002, p. 32), esta modalidade de pesquisa é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *websites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto.

Fizemos igualmente o uso da pesquisa documental com foco no levantamento do material no Facebook do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau. A página de Facebook referida foi criada em 2 de dezembro de 2018 com finalidade de atualizar informações sobre a instituição supracitada, a partir do qual retiramos informações voltada a política externa guineense no período de 2020 a 2023.

Neste trilho, a pergunta de partida que norteará esse trabalho é seguinte, de que maneira a política externa guineense tem sido gerido ao longo do mandato do presidente da república Umaro Sissoco Embaló? Partindo do pressuposto de que a política externa no mandato de USE tem como foco restabelcer as cooperações com os antigos aliados e conquistas de novos parceiros, no qual denomina “Diplomacia Ativa”. Só que não se vê o resultado dessa “Diplomacia Ativa” na sociedade guineense. No decorrer desse trabalho, procuraremos trazer análise a partir das pesquisas encontradas, com intuito de permitir mais profundidade sobre o referido tema no contexto guineense. Embora existissem vários estudos sobre política externa

de modo geral, há escassez de estudos especificamente dedicados ao contexto guineense. Existem intelectuais guineenses que escreveram sobre política externa guineense, mas sempre analisam de modo geral. No entanto, esse estudo será especificamente dedicado à agenda da política externa guineense no mandato de USE de 2020 a 2023.

Diga-se que a situação da Guiné-Bissau no que se refere à política externa se encontra numa fase embrionária, pois vê-se que o país possui riquezas naturais no qual o povo guineense poderia só por se garantir auto-alimentação a partir dos seus recursos naturais. Quando falamos em auto-alimentação a partir de políticas externas, implica uma agenda de política externa com objetivos voltada à população criando condições nos sectores chaves. Segundo Mbumdé (2015), a Guiné-Bissau é um dos países que mais beneficiam dos apoios internacionais, ou seja, o seu orçamento de Estado tem envolvimento forte da comunidade internacional.

Por outro lado, é notável o nosso foco especificamente no mandato de presidente da república USE. Isto por que o atual presidente desde sua investidura tem tomado as decisões de forma arbitrária às vezes violando a lei magna do país. Nesse caso, refere-se à constituição da república, um dos pontos críticos foi quando o presidente do parlamento guineense comunicou aos parlamentares que o presidente do país assinou de forma arbitrária a exploração de zona conjunta entre Guiné-Bissau e Senegal (DW-África, 2021). Esse é um dos casos do autoritarismo do presidente Embaló, pois ele se gaba de ser o detentor dos poderes, num discurso feito por ele onde afirma que decidiu candidatar-se para o cargo de presidência para pôr a ordem entre os civis desde já que estes não se entendam (DW-África, 2021). Dito isto, entende-se que o presidente da república dissolveu o parlamento para poder exercer o seu autoritarismo e poder assinar os acordos sem que o parlamento o impedisse, pois segundo a constituição da república, no seu artigo 68º, qualquer proposta política, seja ela no âmbito nacional e internacional do país tem que cumprir todos os parâmetros e depois ser aprovado pelo parlamento, embora admitimos que a constituição da república guineense precisa de uma revisão séria devido às lacunas existentes no quesito a atribuição dos poderes.

Assim sendo, perante essas arbitrariedades e autoritarismo do presidente, paira a dúvida sobre sua política externa desenvolvida ao longo do seu mandato, pois vê-se que Sissoco Umara fez várias viagens desde a sua investidura até então, porém não se vê os resultados positivos dessas viagens, pois a população guineense passa por um momento difícil os produtos tanto de primeira assim como de segunda necessidade estão com preços acima do normal. Nesse sentido, a Guiné-Bissau continua sendo um dos países mais pobres do mundo, ou seja, conforme DW-ÁFRICA “2023”, ela se encontra entre os dez países africano mais pobre. Mesmo com circulação normal de pesca em suas águas e a assinatura de parcerias e empréstimos financeiro

feitos por ela, não consegue resolver o problema financeiro dos guineenses. Com isso, questiona-se sobre gerência do tesouro público guineense que não consegue controlar esses recursos. É claro que, essas apropriações dos bens públicos são-sustentadas pela impunidade, ou seja, falta de justiça. Por isso, é de suma importância trazer ao universo acadêmico, em geral, e dos estudiosos guineenses da política externa, em particular, à opinião pública nacional e internacional os debates sobre política externa.

Dito isso, vale assegurar que este trabalho seguirá uma ordem organizativa, começando pela introdução que explica os objetivos específicos e gerais do trabalho, de que maneira está elaborada à metodologia usada ao longo da preparação desta obra. No primeiro momento, será debatida, através da ótica de diferentes autores, o conceito da política externa. Já na segunda parte, abordaremos a política externa a partir do contexto guineense baseado nas teorias escritas sobre a condução da política externa guineense, os processos de desenvolvimento da mesma, ainda será abordado a política externa guineense exclusivamente no mandato de presidente USE desde sua investidura como presidente 2020 a 2023. Traz também o resultado de discussão e, por último, as considerações finais.

## **2 ABORDAGEM SOBRE A POLÍTICA EXTERNA**

Quando pretende-se pesquisar sobre a política externa, é necessário levar em consideração os momentos como tal situação ocorreu ao longo dos tempos. Nessa linha, Figueira (2011) analisa o estudo da política externa em duas fases, ou seja, a partir de duas concepções diferentes: a ideologia realista e pluralista. A ideologia realista é considerada pela autora como a primeira geração de análise da política externa e ela apresenta seguintes características: sofre influência positivista, trabalha com tipos de ideias e abordagens quantitativos; Objetiva compilar eventos de política externa; identificar padrões de comportamento e derivar generalizações; estabelecer relações de causalidades, inferências sobre o comportamento estatal de acordo com seus recursos e tentar definir fatores que determinam a ação estatal.

Os realistas zelam mais na aquisição do poder de um Estado em todas vertentes para sua defesa com outros países de qualquer possível invasão do inimigo; as ações políticas, para eles, são resolvidas internamente. O Estado é o detentor do poder. Nessa ótica é invisível a participação dos atores não estatais, ou seja, o modelo democrático vivido não passa de uma

democracia representativa onde o Estado ou governo faz do seu agrado as populações assim como outros atores da política externa não participam nas tomadas de decisões.

Já quando a Figueira (2011) fala da segunda geração de análise de política externa, refere exatamente a ideologia pluralista, conforme a autora, esse modelo de análise apresenta característica diferente da primeira, pois a segunda geração de análise parte já de uma visão mais democrata ou inclusiva. Por isso, essa apresenta seguintes características: análises pluralistas; diversidade metodológica; relações complexas sem estabelecer causalidade simples; reconhecem que os autores podem substituir uma política externa por outra e por último utiliza metodologia quantitativa assim como qualitativa. Nesse sentido, podemos constatar que as duas ideologias apresentam diferentes formas de pensar a política externa. Isto porque a primeira abordagem surgiu numa época em que se conhecia mais o regime monárquica e a decisão de um país centrava em monopólio que é da realeza e sua família. A segunda abordagem parte de uma visão de interdependência entre os Estados, embora os Estados mais fortes tendem a impor suas potencialidades em relação aos Estados pequenos ou com menos potência.

Nesse sentido, os conceituados estudiosos da política externa compartilham a mesma ideia sobre esse campo. Conforme Milani & Pinheiro (2013), definem a política externa como um programa de governação com objetivos e ações levados a cabo pelo Estado no domínio externo em função dos fatores e interesses ao mesmo tempo domésticos e sistêmicos, ou seja, os objetivos e ações da política externa delineados por governo de um Estado tem que priorizar o bem estar da sua população. Por isso, é necessário a participação de todos os atores sociais e estatais com objetivo de uma elaboração da política externa mais justo e democrática. Os autores apontam que tal conjunto de ações estatais no domínio externo reflete diversos interesses internos da esfera doméstica dos Estados a serem estudados.

Na sequência, Figueira (2011) compactua com outros autores no que concerne a definição da política externa. Conceitua a política externa como conjunto de agenda ou programa de um Estado que se preocupa com o bem-estar da sua população no seu próprio território e com outros países, um controle das relações bilaterais assim como multilateral com finalidade de preservar a soberania do Estado nas arenas nacionais e internacionais. Já o pesquisador guineense Mbunde (2016) afirma que, quando se pensa na política externa, remete a preocupação em organizar uma agenda política com finalidade de negociar acordos, criar pontes com diferentes países, mas com objetivos de benefício à própria população.

No seu artigo intitulado “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”, Putnam (2010) compreende a política externa como armadilhas políticas envolvendo

duas partes em ação, cada parte envolvida cria suas estratégias para esfera internacional e no âmbito nacional/interno, o autor considera a política externa como jogo de tabuleiro de dois níveis.

No entanto, Viotti (1998 *apud* Sá, 2020, p. 3) argumenta que quando pretendemos estudar a política externa, devemos, de antemão, compreender suas dimensões. Pois ela não se restringe somente ao Estado. Ao cabo, ela deve ser voltada à população não ao Estado, embora o Estado ou governo tenha a missão de organizá-la e posicionar consoante a demanda do povo e todas as regiões que compõem um país. Tudo isso, porque, muitas das vezes, as regiões ou zonas periféricas e rurais não são contempladas com essas políticas. Por isso, Viotti citado por Sá, salienta que quando se estuda a política externa, não se deve investigar apenas o Estado, mas também as cidades, regiões e organizações não governamentais.

Nesse contexto, Allison e Zelikow (1999, *apud* Mbunde 2015, p.17-18), propôs uma análise da política externa nas suas diferentes frentes, isto é, na esfera doméstica assim como no campo internacional. Allison e Zelikow citados pelo Mbunde, ressaltam que, “o assunto da política externa de qualquer país, deve ser debatida democraticamente”, permitindo todos os autores assim como a população de forma geral deveriam participar na tomada de decisão da agenda de política externa além do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, no caso do contexto guineense. Na mesma linha, o pesquisador guineense Djanté (2016), na sua dissertação, reforça a ideia de que a política externa e suas ações são processos organizacionais dos governos. Porém a tomada de decisão nesse campo não deve ser exclusivamente da responsabilidade governativa, mas sim deve-se permitir ou consultar a população com intuito de avaliar diferentes ideias.

Nota-se que, a partir dos autores acima referenciados, a política externa deve ser tratada como uma política pública, pois ela deve contemplar toda a esfera social sem deixar de fora qualquer que seja pessoa ou grupo de pessoas, pelo fato desses apresentar características consideradas diferentes. Aliás as pessoas são consideradas diferentes socialmente por ter necessidades essenciais são as que mais precisam ser atendidas nas ações da política externa.

No debate desenvolvido ao longo deste trabalho sobre a política externa, vimos que ela tem sido mais particularista e capitalista a partir da visão realista, pois o poder da decisão, para essa corrente, restringe-se na elite no poder. Nesse sentido, outros atores não estatais participam com pouca frequência da tomada de decisões. Esta visão ganha novos contornos ao longo do tempo, visto que os autores começam a conceituar a política externa a partir de uma visão mais inclusiva, diferente da corrente realista, permitindo assim a participação de toda a esfera sociais, percebe-se ainda que os autores citados realçam a importância de tratar a política externa como

uma política pública. Pois a finalidade da política externa é garantir a estabilidade social de todos os cidadãos e melhor condição de vida, isto é, caso ela foi executado como deve ser, isto porque, muitas das vezes, os Estados tendem a zelar pelos benefícios individuais.

### **3 ANALISE DE POLITICA EXTERNA NO CONTEXTO GUINEENSE**

Abordar o assunto da política externa na Guiné-Bissau leva a se compreender que um assunto muito pouco recente, levando em consideração a outros contextos, de acordo com Katar (2019), Carvalho (2016), Carvalho A. (2015) e Djanté (2016). Estes autores afirmam que a política externa guineense nasceu no período a pós-independência da República da Guiné-Bissau, com a formação do primeiro governo guineense chefiado pelo Luís Cabral irmão de Amílcar. Após a independência e a formação do primeiro governo, vê-se a grande necessidade de o país estabelecer relações diplomáticas, com objetivo de superar as mazelas coloniais. A agenda da política externa desenhada pelo primeiro governo não se concretizou devido ao primeiro golpe militar.

Conforme Carvalho A. (2015), a política externa guineense conheceu três faces da sua história: de 1973 a 1980, de 1986 a 1998 e de 1998 a 2016. A fase de 1973 a 1980, segundo Carvalho (2015), é a fase pós-independência que marca a formação do primeiro governo que tinha como propósito procurar relações diplomáticas fidedigno ao país e restabelecimento das antigas relações diplomática com objetivo de apresentar credenciais diplomáticas do país internacionalmente. Infelizmente este processo acabou sendo interrompido com golpe militar.

Já a segunda fase vai de 1986 a 1998. Para Carvalho A. (2015), esse período é visto como momentos de perturbações político-militar e acertos necessários; já para Carvalho R. (2016), a segunda fase da política externa guineense pode ser considerado momento marcante, isto porque houve acontecimentos importante no país, nesse caso, refere-se a multipartidarismo em 1992 e primeira eleição democrática em 1994. Embora antes de multipartidarismo o país passou momento de perturbações política devido a golpe militar levado em curso pelo João Bernardo Nino Vieira, este fato obrigou o país a retroceder no que se refere a matéria da política externa, pois aliados internacionais suspenderam os apoios financeiro, rompeu a unificação com Cabo Verde. Com a pressão estrangeira, o país foi obrigado a abertura democrática em 1992, dado que até 1990 o regime era do partido único. A partir de 1990 até 1997 o país deu alguns passos significativos, como a adesão à democracia e multipartidarismo e conseqüentemente a realização da primeira eleição democrática. O que levou ao restabelecimento de acordos

internacionais. Em 7 de junho de 1998 deu-se início ao conflito militar na Guiné-Bissau entre tropas governamentais lideradas pelo Nino Vieira e a junta militar chefiada pelo Ansumane Mané, o que obrigou ao afastamento dos financiadores internacionais.

Com o início da guerra de 7 de junho de 1998, o país mergulhou na profunda crise política e econômica. A terceira fase, segundo Carvalho R. (2016), começou de 1998 até 2016. O autor ressalta que a terceira fase foi condicionada pelo conflito militar de 7 de junho de 1998, pois os apoiadores internacionais ou financiadores perderam a confiança para investir no país. Estes rastros mancharam a imagem do país. Durante esta terceira fase, o país não conseguiu reconquistar a confiança da comunidade internacional até a data presente, porque durante o período de 1998 até 2023 a Guiné-Bissau viveu grave crises e instabilidade política, o que levou vários países a suspenderem a relação diplomata e consequentemente corte de financiamentos.

Por outro lado, Katar (2019), na sua abordagem sobre política externa guineense, reconhece que houve grande atraso da política externa, não só no âmbito da cooperação, também na área da produção, isto deve-se também aos rastros dos conflitos políticos e militar vivenciados durante muitos anos. No mapeamento sobre as produções acadêmicas voltadas ao assunto, o autor relata que a primeira obra acadêmica sobre política externa guineense foi um artigo de autoria de Jorge Cabral cujo título é: “A Política Externa na Guiné-Bissau” essa obra foi lançada nos finais dos anos 80.

Conforme o autor supracitado, após essa publicação de Jorge Cabral, não se vê o engajamento dos acadêmicos guineenses em relação as pesquisas voltadas à política externa. Só depois de muitos anos, ou seja, em 2015, que surgiu uma nova publicação da autoria de Apolinário Mendes de Carvalho com o título “Política Externa da Guiné-Bissau Face aos Novos Paradigmas nas Relações Internacionais: diplomacia e cooperação”. Trata-se de uma abordagem geral do processo da política externa. Após essa publicação, um ano depois, o pesquisador Ricardo Ossagô de Carvalho defendeu sua tese de doutorado cujo o título “Política Externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais, CPLP e CEDEAO”. Por último temos a dissertação de mestrado de Timóteo Saba M'bunde em 2018 sob o título: “As Políticas Externas Brasileira e Chinesa para a Guiné-Bissau em Abordagem Comparada”. Estes trabalhos publicados deram surgimento as novas publicações em relação ao assunto, porém com pouca produção, isso pode ilustrar a dificuldade ou interesse dos pesquisadores guineenses com relação à política externa.

Quando se fala da política externa guineense, é importante pontuar a dificuldade pós-independência, como vários países africanos colonizado, após a sua independência a Guiné-Bissau teve que enfrentar os problemas infraestruturais, tais como: instalações hospitalares,

construções de escolas e/ou universidades e outros fatores sociais. Esses fatos os levam à procura de contato para poder assegurar a dificuldade financeira pós-independência, no qual no país era necessário a criação de um programa que servirá como ferramenta de pedido de parceria e apoios. Carvalho R. (2016) reforça que muitos países africanos apoiavam a ideologia socialista da antiga União Soviética, hoje conhecido como Rússia. Porém, com o fim da Guerra Fria, a antiga União Soviética entrou em colapso. Isso obrigou países africanos a repensarem seus posicionamentos ideológicos. Pois segundo o autor citado, estes países africanos perderam o apoio ora recebido da Rússia.

Na sua abordagem, Pereira (2020) afirmou que, para alguns Estados pequenos, a perda dos apoios externos torna ainda mais vulnerável a ação da política externa, uma vez que, os apoios financeiros ora recebidos por esses Estados, na maioria das vezes, são destinados para resolver demandas internas. A autora afirma que, a política externa dos países onde o orçamento governamental é sustentado pelo apoio internacional, às suas agendas de política externa é basicamente focada nos pedidos de ajudas internacionais para resolver os problemas nacionais.

Conforme Pereira (2020), a Guiné-Bissau após a fraca relação com Rússia, restabeleceu, relações diplomáticas com os países no qual tinha relações políticas desfavoráveis no caso de Portugal e França, a finalidade dessa relação é pautada na procura de recursos internacionais para garantir a organização política e condições de vida saudável para a população.

Consoante Cruz (2007), o país pensava que os apoios internacionais recebidos seriam suficientes para sair das dificuldades que se encontrava. Contudo, o problema não era só a questão financeira, mas o país enfrentava forte corrupção e impunidade. O que torna os apoios recebidos insignificantes, pois não são utilizados para as finalidades necessária.

Além de problemas da corrupção, com o financiamento recebido, esses países são condicionados a cumprir certos parâmetros do “financiador” o que implica a influência na decisão do Estado. A Guiné-Bissau, desde a sua independência em 24 de setembro de 1973, tem enfrentado regimes conturbados que, politicamente, não favorecem a agenda do país internacionalmente, e a expectativa criada pela população guineense nunca surtiu efeito, pois a cada renovação de esperança surge regime contrário que acaba inviabilizando a governação.

As instabilidades políticas e sequências de golpes de Estado e destituição do governo criam pouca confiança nos investidores internacionais. Como se sabe, após a independência o país vem estabelecendo parcerias de cooperação. Conforme Sá (2020), o primeiro golpe de Estado que o país vivenciou foi fundamental na quebra de confiança internacional. Esse golpe

interrompeu as relações diplomáticas e as cooperações internacionais, que o país vinha firmando com outros Estados, baseadas na política externa que o então presidente Luiz Cabral começava a desenvolver. Dentre eles, o acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e Guiné-Bissau. Acordo este que indicava as formas recíprocas de cooperação nos vários campos, tais como, econômico, técnico, científico, cultural, diplomático e consular. Mbundé (2016) aponta outras consequências que o país enfrentou com as seguidas golpes militares. No caso, o autor fala da quebra da relação unitária entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, também cita a relação diplomática entre China e Guiné-Bissau.

Como é do nosso conhecimento, o interesse internacional em política externa de um país deve a estabilidade política, a situação geográfica e os potenciais relações vantajosas. Nessa ótica, entende-se que a Guiné-Bissau se localiza de forma estratégica devido às pontes e canais de ligação. Além disso, é um país com muitos recursos naturais pouco ou não explorados, tais como: bauxita, ouro, florestas, zonas conjunta na fronteira de Senegal, petróleo, fosfato, urânio etc<sup>4</sup>.

No entanto, quando se fala da política externa no contexto guineense fica difícil definir os principais seus atores. Isto porque a ferramenta mais importante do país que é a constituição da república acaba sendo o maior fator da instabilidade da política externa. Pois, não define especificamente a quem coube a responsabilidades da política externa guineense. Quando estamos alegando os lapsos existente na constituição da república guineense, em algum momento acaba-se interpretando que o Ministério Negócio Estrangeiro é o responsável, ou deve ser responsável, porém, não acontece dessa forma.

Conforme a constituição da Guiné-Bissau de 1996, o sistema político do país é semipresidencialismo onde o Presidente da República é vista como chefe de Estado e Comandantes das forças armada e o Primeiro Ministro desempenha o papel do chefe do governo. Nessa hierarquia de poder, o governo responde a presidência da república. Já no que se refere decisão da política externa do país, a lei magna atribui o governo no seu art. 96º nº2, o poder de guiar a política geral do país, inclusive a política externa. Só que o ponto central é que a constituição não concede ao governo o poder de decisão total da política externa, logicamente o Primeiro Ministro seria o responsável pela organização e implementação da política externa, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros responsável da pasta seria seu colaborador direto de execução. Pois compete o detentor da pasta criar pontes com outros países por meio de relação bilateral entre os países cooperantes.

---

<sup>4</sup> <https://www.ipim.gov.mo/pt/portugues/brief/Guinea-Bissau.htm>

Acontece que a constituição no seu artigo 97º obriga o governo a informar ao presidente sobre o desenrolar de suas ações. Isto demonstra que o presidente tem que emitir parecer perante os assuntos diplomáticos. O artigo 68º al. e concede ao Presidente da República o direito de ratificar os tratados internacionais. Compete ainda ao chefe de Estado nomear e exonerar os embaixadores, ouvido o Governo; 68º, al. q e al. r acreditar os embaixadores estrangeiros.

Sendo assim, vê-se o claro posicionamento do Presidente da República naquilo que se refere a política externa no país, visto que a constituição da república guineense centraliza os maiores poder de decisão no Presidente da República. No caso, do poder da destituição da Assembleia Nacional Popular, demitir o governo, nomear presidente de supremo tribunal de justiça e procurador geral da república que consequentemente leva queda do governo. Estes poderes acabam criando o condicionalismo no funcionamento das instituições públicas e mau clima de relacionamento institucionais, isto é, se o governo quer seguir sua agenda governativa diferente da perspectiva de presidência da república.

Carvalho R. (2016), na sua análise, acredita que a política externa da Guiné-Bissau passa por duas instituições: o presidente da república e o governo. Perante esse debate sobre política externa, existe uma instituição muito importante ressalvada pela constituição da república que é o poder de aprovação dos acordos, ou seja, qualquer acordo nacional ou internacional deve sua a avaliação pela Assembleia Nacional Popular. Caso contrário não pode proceder.

De acordo com a constituição de 1996 da república, o seu artigo 85º al. h atribui, à Assembleia Nacional Popular, o poder de aprovar todos os tratados que envolve o país internacionalmente e qualquer outro que o governo entenda submeter-lhe. Significa que mesmo o presidente retificar o projeto da política externa elaborado pelo governo, Assembleia Nacional Popular é a última instância decisiva como vimos referente ao acordo de exploração de zona conjunto assinado pelo presidente Umaro Sissoco Embaló foi reprovado através de um comunicado do parlamento guineense a governo senegalês (DW-África, 2021). Por isso, ressaltamos a importância da Assembleia Nacional Popular nesse processo. Ainda a constituição dá à Assembleia Nacional Popular a independência em relação à sua agenda internacional. Nos termos do art. 93º, nº 5, da Constituição da República, cabe “dirigir as relações internacionais da Assembleia Nacional Popular”.

Mbunde (2016) faz observar que a centralização do poder decisório, de certa forma, condiciona o relacionamento institucional entre os poderes. Nesse sentido, ressalta a importância da descentralização de poder com finalidade de preservar um grau considerável de unidade decisória. Além disso, o autor se inquieta sobre continuidade governativa. Pois, o que se vê, na Guiné-Bissau, conforme ele, fala-se várias vezes, que a governação é continuidade,

mas na prática acontece o contrário. Pois, cada equipe governamental ou presidente adota sua própria política de governança. Acredita-se que este fator, muitas vezes, tem a ver com o propósito e compromisso das instituições, no caso, os partidos políticos e os compromissos individuais. Entretanto, o que se vê na classe política guineense é a falta de vontade e compromisso com o país. Um exemplo claro é do Cabo Verde um país com constituição da república praticamente igual da Guiné-Bissau, Atualmente, em Cabo Verde, vê-se que o presidente e o primeiro ministro são de partidos diferentes. Porém, isso não impede a relação entre os órgãos do Estado, enquanto na Guiné-Bissau acontece contrário, ou seja, a mesma ou diferentes forças políticas não conseguem governar juntos.

Em consonância, Djanté (2016) inquieta-se em relação à situação da política externa da Guiné-Bissau. Pois, para ele, o Estado guineense além de não ter uma agenda da política externa própria de curto ou longo prazo, não possui uma agenda externa independente. O que significa que em vários momentos as decisões internacionais têm mais força em relação a decisão local. Essa pressão deve-se aos apoios internacionais. O autor afirma que desde a independência, o país não foi capaz de ter uma abordagem clara da política externa. Assim sendo, fica nítido que o desenvolvimento da política externa guineense depende em parte das condicionalidades impostas pelos doadores internacionais.

Durante o debate sobre política externa guineense, percebe-se que o maior problema da política externa está acentuado na constituição da república, pois ela não define a quem compete a decisão sobre política externa do país. A constituição permite a intervenção do presidente na política externa elaborada pelo governo. Isso implica que o presidente mesmo não estando no governo, de certa forma, faz parte tem um parecer de grande dimensão na política externa. Conforme a constituição da república guineense de 1996 no seu artigo 68º, 85º e 96º, podemos compreender de que a responsabilidade da política externa guineense coube a esses três órgãos: Presidência, Governo e Assembleia Nacional Popular. Pois, ao analisar esses artigos, compreenderemos que não existe a autonomia de um determinado órgão na matéria da política externa, mas sim uma parcela de responsabilidade. Por outro lado, a sucessiva instabilidade política permite a intervenção internacional nos problemas do país e acaba condicionando a decisão do país, diga-se ainda, que existe uma falta de compromisso dos responsáveis político com o povo, isto porque, as crises ora vigentes no país várias vezes estão ligadas ao posicionamento para agradar um determinado grupo ou indivíduo.

#### **4 POLITICA EXTERNA NO MANDATO DE UMARO SISSOCO EMBALÓ**

Antes de mais, é necessário apresentar o presidente no qual o texto vem citando ao longo da discussão e sua carreira política. Umaro Sissoco Embaló é um político guineense que nasceu em 23 de setembro de 1972 e é atualmente presidente da República da Guiné-Bissau, desde 27 de fevereiro de 2020. Anteriormente, foi primeiro-ministro do país, de 2016 até 2018 (Ecowas, 2023).

Umaro Sissoco Embaló era um nome pouco conhecido na arena política guineense assim como nas fileiras militares. A sua ascensão no cenário político guineense foi através do conflito entre os membros e deputado do PAIGC. Aconteceu que o presidente, na altura, José Mário Vaz, em uma divergência direto com o ministro Domingos Simões Pereira indicado pelo partido vencedor, no caso PAIGC em 2014. Esse conflito institucional levou o presidente José Mário Vaz a confronto com o partido a qual o elegeu como Presidente da República (O Democrata, 2019).

O José Mário Vaz é um militante de PAIGC que iniciou sua carreira política no mesmo partido era conhecido vulgarmente pela sociedade guineense como “homem de 25”, isto porque pagava salário quando era ministro das finanças até 25 dias de cada mês e ganhou popularidade no meio social guineense (DW-áfrica, 2014). Essa confiança fez com que a sociedade guineense acreditasse que seria bom retribuí-lo, ou seja, votar massivamente no PAIGC para legislativa e presidencial no José Mário Vaz como cabeça de lista de PAIGC, na eleição de 2014.

No entanto, após o fim do processo eleitoral e, conseqüente investidura de presidente José Mário Vaz e formação de governo, instalou crise no seio de PAIGC o que levou a destituição do governo pelo presidente José Mário Vaz. O primeiro governo demitido foi do Domingos Simões Pereira (Rádio França Internacional, 2015). O presidente considerava que o governo deposto não tinha condições de ultrapassar a crise política na qual o país se encontrava, a partir da destituição do governo de Domingos Simões Pereira e a rejeição do mesmo nome indicado pelo PAIGC, conduziu o país a uma crise profunda. Esse fato deu origem a sucessiva mudança dos ministros ao longo da legislatura de 2014. Com essas mudanças, Umaro Sissoco Embaló foi nomeado dia 18 novembro de 2016 como primeiro ministro através do decreto Nº 10/2016, fruto de um acordo proposto pelo Comunidade dos Economica Dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) conhecido como “acordo de Conacri” (O Democrata, 2016). Assim começou a mais conhecida carreira de Umaro Sissoco Embaló como político que o levou até a presidência da-República.

O processo da concorrência para o cargo de Presidente da República de Umaro Sissoco Embaló foi com a criação do partido formado pelos deputados expulsos de PAIGC que apoiava o presidente José Mário Vaz durante o conflito, ou seja, deputados contra a posição do partido ora citado na Assembleia Nacional Popular guineense. Assim com a expulsão desses deputados, surgiu Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), e o partido participou nas eleições gerais de 2019 e obteve números significativos de deputados e ainda ganhou eleições presidenciais.

Umaro Sissoco Embaló apoiado pelo (MADEM-G15), foi declarado vencedor da segunda volta das eleições presidenciais da Guiné-Bissau, com 53,55% dos votos, segundo resultados provisórios divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE, 2020). O seu opositor, Domingos Simões Pereira, apoiado pelo (PAIGC), obteve 46,45% dos votos.

Logo após sua investidura, o presidente Embaló demitiu o governo de PAIGC eleito por viés eleitoral. Assim, formou-se o governo da iniciativa presidencial que durou mais de 2 anos. O governo formado, naquele momento, era de iniciativa presidencial, ou seja, cabe ao presidente a escolha do primeiro ministro e formação do elenco governamental. A pasta da diplomacia guineense continua com a mesma pessoa, nesse caso, estamos a referir a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Suzi Carla Barbosa, atualmente não desempenha a mesma função foi substituída em agosto de 2023, ela é uma conhecedora da pasta, pois foi ela quem exerceu a mesma função no governo do PAIGC deposto pelo presidente.

O mandato do presidente Umaro Sissoco Embaló começou num período que coincidiu com grande crise da pandemia da Covid-19 do qual o mundo foi condicionado adotar certas medidas de prevenção social. Nesse período, as reuniões, os encontros, as cimeiras, os seminários internacionais eram feitos de forma remota. O que condicionou as grandes relações política entre os Estados.

A política externa de Embaló começou após a sua investidura. Para honrar o seu compromisso, após a sua investidura, fez um pedido formal a (CEDEAO) pedindo a retirada da força de interposição Ecowas Mission in Guinea-Bissau (ECOMIB) uma força criada em 2012 na cimeira dos chefes de Estados de CEDEAO com intuito de intervir no golpe de Estado de 2012 na Guiné-Bissau. O presidente Umaro Sissoco Embaló justifica que a Guiné-Bissau possui suas próprias forças. Afirmou que os problemas da Guiné-Bissau devem ser resolvidos no fórum próprio. Esta foi uma das principais decisões políticas tomadas pelo Embaló, pois as forças de segurança militar da CEDEAO instaladas na Guiné-Bissau asseguravam aos

dirigentes políticos de qualquer ato que pudesse colocar as suas vidas em risco e o país estava em crises políticas.

Conforme as informações obtidas na página de Facebook de Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau (MNE), entre 2020 a 2023, foram registradas assinaturas de acordos, viagens e parcerias. Pereira (2020) afirma que um dos maiores problemas para os pesquisadores guineenses está relacionado aos relatórios e documentos ligados às instituições públicas guineenses, pois, fica difícil conseguir documentos para realizar trabalhos de pesquisas. Razão pelo qual utilizamos página de Facebook (MNE) para embasar essa seção.

Em consonância com as informações obtidas a partir de diferentes páginas e jornais sobre política externa guineense, vê-se que foram feitas várias assinaturas de acordos e reforços de relações diplomáticas existentes. Em dezembro de 2020, o presidente recebe em audiência o primeiro-ministro de transição do Mali e o secretário de Estado de turismo e negócios estrangeiros de França, nos dias 27 e 28, para agenda de trabalho onde discutiram sobre relações diplomáticas entre ambos os países (MNE, Facebook, 2020). A mesma fonte relata sobre a entrega de terreno do MNE, da parte da ministra Suzi Barboza, à chefe da embaixada de Marrocos para construção da futura instalação diplomática e residência do embaixador do Marrocos.

Em desempenho da sua função diplomática, a ministra Suzi Barbosa visitou Cabo Verde onde se registrou a assinatura de acordo com o país irmão. Segundo o governo cabo-verdiano, em 2021, com a visita do responsável da diplomacia Suzi Barbosa, foram assinados acordos nas diferentes áreas: comunicação social, energias renováveis, investigação agrária e consular e comunidades. Os acordos assinados objetivam o desenvolvimento do país em diferentes áreas (Jornal Visão, 2021). No ano seguinte, estes dois países assinam acordos que abrangem o Ensino Superior, a Economia Digital e um Acordo de Livre exercício de atividades remuneradas por parte de familiares dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de Missões Diplomáticas e Postos Consulares (Governo de Cabo Verde, 2022).

Também em 2021, na participação de tomada de posse do presidente do Níger, foi assinado o tratado revisto de adesão da Guiné-Bissau à Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD). A CEN-SAD é uma área de livre-comércio criada no norte africano cuja função é estabilizar uma integração econômica entre os países da região, (MNE, Facebook, 2021). Ainda conforme a mesma fonte, a ministra Suzi Barbosa, teve a oportunidade de assinar mais um Acordo de Cooperação para o país. Desta vez com o Ruanda, um país cujo desenvolvimento e crescimento económico tem inspirado muitas nações africanas. O Acordo Geral de Cooperação entre a Guiné-Bissau e o Ruanda, que irá permitir intensificar as relações

de cooperação bilateral com este país, sobretudo em setores que são do interesse nacional como o Turismo, o Comércio e o Transporte Aéreo, são uma grande vantagem (MNE, Facebook, 2021).

Já em dezembro de 2021, foi ratificado através da Assembleia Nacional Popular (ANP) o acordo que permite uma relação mais estável entre os países da Comunidades dos Países Língua Portuguesa (CPLP), o Acordo de Mobilidade da CPLP, que prevê a isenção de vistos para os passaportes diplomáticos, de serviço e especiais. Ou seja, da entrada em vigor do acordo “não decorre a imediata aplicação de regime de isenção de vistos na CPLP, nem mesmo”, entretanto, “O acordo estabelece a base legal sobre a qual se construirá uma maior mobilidade e circulação no espaço da CPLP”, e que identifica, de forma “não exaustiva, as diferentes modalidades de mobilidade” (Jornal Democrata, 2021).

Em desdobramento da sua função diplomática, Suzi Barbosa recebeu o ministro de Negócio Estrangeiro Turco Mevlüt Çavuşoğlu, em 13/09/2020. A visita turca tem vários acordos na mesa. Em primeiro lugar, como o momento coincidiu com Covid-19, a ministra Suzi recebeu dois ventiladores que deverão ser utilizados nos casos de Covid-19. Ao longo da visita, a ministra guineense afirmou que houve assinatura de acordos de apoio à formação na área da diplomacia, assim como a construção de uma academia da diplomacia no país. No acordo assinado, a ministra falou de apoio as forças de defesa, principalmente unidades militares com viaturas para circulação policiais assim como militar (E-Global, 2020). Já o *Português* (2021) relata sobre o acordo de construção de autoestrada afirmado pelo Presidente da República no 22 de janeiro de 2021, com a China. Conforme a informação, a autoestrada vai ligar aeroporto de Bissau à localidade de Safim. O Presidente afirma que a China e Guiné-Bissau tem uma profunda amizade.

Por outro lado, o presidente Umaro Sissoco Embaló e a sua ministra dos negócios estrangeiros e relação internacional Suzi Barbosa visitaram o Brasil no mandato de Bolsonaro, em 24/08/2021. Esta visita serviu para reforçar os laços de apoio entre dois países da CPLP (Senado, 2021). O presidente Umaro Sissoco Embaló foi recebido pelo Presidente Jair Bolsonaro com honras militares, em seguida, falaram sobre relações comerciais e os produtos mais exportados pelo Brasil, no que tange a relações diplomáticas, a relação bilateral é marcada pela cooperação técnica que abrange áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional na área da diplomacia. Os dois países mantêm cooperação educacional, a razão disso é o grande número de estudantes frequentando cursos de graduação e pós-graduação no Brasil.

Outro acordo assinado foi da cooperação com a Sérvia, 08/04/2021. Durante a visita, os chefes da diplomacia da Guiné-Bissau e da Sérvia assinaram dois importantes instrumentos de Cooperação, nomeadamente, o acordo para a supressão de vistos para passaportes diplomáticos e de serviço e o memorando de entendimento para consultas políticas. É de se lembrar que a Guiné-Bissau tem seu acordo na área de educação com vários países (MNE Facebook, 2021).

Um outro fator de grande importância também na política externa guineense foi a instalação pela primeira vez da embaixada da Guiné-Bissau em Luanda, capital de Angola, em 22/03/2022. A matéria informa que o país dispõe de uma máquina para emissão de passaportes. Os cidadãos Guineenses residentes nesse país irmão da CPLP, poderão passar a fazer os seus passaportes e a serem atendidos condignamente numa Chancelaria com a bandeira da Guiné-Bissau (MNE Facebook, 2022).

Por outro lado, o presidente da república Embaló, recebeu a visita honrosa do presidente da República de Portugal, em 20/05/2021. Neste encontro de visita Embaló apresentou Marcelo Rebelo Sousa propostas de os empresários portugueses investir na Guiné-Bissau. Em resposta, Sousa afirmou que os dois países vão trabalhar ainda mais na área de educação, com a criação de uma escola portuguesa em Bissau. O presidente de Portugal prometeu trabalhar ainda mais na formação, na reforma administrativa, no aperfeiçoamento do estado de direito e democrático. Ainda prometeu trabalhar nas infraestruturas, nas águas ou nas energias renováveis e no turismo (Vaticannews, 2021).

O presidente Embaló recebeu o Primeiro Ministro de Portugal António Costa, conforme (Gov. Portuguesa, 2022), em 03/05/2022. A visita serviu para reforçar os laços e acordos de apoio que os dois países têm ao longo do tempo. O ministro português afirmou que o Portugal ia apoiar a Guiné-Bissau na resolução dos problemas institucionais e burocráticas que os órgãos do Estado guineense enfrentam. Ainda o ministro garantiu que o governo português resolveria o problema relacionado a concessão de visto para estudantes guineense matriculados nas universidades e escolas portuguesa.

O presidente Embaló se julga de ser a pessoa que tornou o respeito da Guiné-Bissau na senda da comunidade internacional. Um dos pontos importantes que ele referênciava sempre nos seus discursos são as visitas feitas e recebidas. Para Embaló, o marco de visita a grandes países não é algo de qualquer chefe de Estado. Embaló foi também presidente de Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), assento nunca ocupado pelo país desde a sua história. Conforme informa Ecowas (2022), a partir das decisões tomadas na sessão estava a eleição de Sr. Umaro Sissoco Embaló, Presidente da República da Guiné-Bissau como

Presidente da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, que sucedeu ao Presidente Nana Addo Dankwa Akufo- Addo de Gana.

Esse marco querendo ou não, gostando ou não é muito importante para o país. Pois, isso mostrou a ambição da política guineense no cenário internacional. O presidente Umaro Sissoco Embaló possa ser aquele presidente visto por muitos como autoritário, porém, esse marco é importante para o crescimento político do país. No entanto, resta analisar profundamente se os acordos ou viagens feitas não tem contrapartida custosa para o país. Um ponto muito controverso que levou a população em protestos foi quando o presidente Embaló tomou a decisão, em 20/06/2022, pedir a reinstalação das forças militar de CEDEAO na Guiné-Bissau, de forma urgente, alegando que houve a tentativa de golpe de Estado. Essa posição contraria seu discurso no início da 10ª legislatura, a quando solicitava a retirada da mesma força militar no começo do seu mandato. A reportagem de (Rádio França Internacional, 2022) relata a polémica instalada em vários setores da política, e a sociedade civil guineenses que enxergam a postura do presidente como ato de blindar a si mesmo. Por isso, não veem o regresso de forças de CEDEAO como uma solução à Guiné-Bissau, nem os procedimentos aplicados para solicitação das suas vindas. Muitos acreditam que era indispensável consulta à Assembleia Nacional Popular, mas o presidente usou sua força como presidente da mesma organização no momento para viabilizar a vinda das tropas da CEDEAO.

Em janeiro de 2023, o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da União Europeia e Cooperação do Reino da Espanha, José Manuel Albares Bueno, efetuou uma visita de algumas horas à Bissau e foi recebido pela sua homóloga guineense. A vinda ao país do chefe da diplomacia espanhola visava reforçar as excelentes relações existentes entre os dois países. Os governantes assinaram dois importantes instrumentos de cooperação, memorando de entendimento entre o Ministério das Universidades do Reino da Espanha e o Ministério do Ensino Superior e Investigação Científica com vista a facilitar a formação dos estudantes guineenses no Reino da Espanha. E um memorando de entendimento sobre a cooperação na área do desporto criando assim condições para que os jovens desportistas guineenses possam fazer estágios nas escolas e equipas espanholas (MNE, Facebook, 2023).

As abordagens feitas ao longo do diálogo sobre política externa no mandato de Umaro Sissoco Embaló, compreende-se que existe uma preocupação forte no ramo militar, pois em acordos assinados sempre aparece o quesito apoio defesa, educação e agricultura. Porém, o cumprimento ou a execução acontece mais na área de segurança. Os acordos voltados a educação e agricultura são poucos cobrados. O que leva a induzir que o presidente se preocupa mais em criar um relacionamento saudável com classe militar com intuito de evitar qualquer

golpe. Por outro lado, as visitas e os encontros realizados, são importantes para o posicionamento político da Guiné-Bissau no mapa mundo, pois as visitas de grandes Estados sempre são importantes. Uma observação muito importante, que Carvalho R. (2016) enfatizou, refere a eficácia dos acordos assinados que, segundo o autor, às vezes, não são prioridades para o país.

## **5 DEBATE GUINEENSE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE EMBALO**

Durante a análise da política externa guineense fica claro que o país até então não conseguiu encontrar um caminho ou criar uma agenda que contemple a política externa da Guiné Bissau de forma eficaz e segura. Conforme Carvalho R. (2016), Carvalho A. (2015) e Djanté (2016), a política externa guineense começou com crise política e essas crises políticas continuou e continua condicionando a agenda da política externa guineense. Como pode-se verificar desde a primeira eleição em 1994 até a data presente nenhum governo conseguiu concluir seu mandato. Este tipo de atitude influencia bastante na não credibilidade do país internacionalmente.

Olhando para análise feita na última seção sobre política externa no mandato de sua excelência presidente Umaro Sissoco Embaló, vale destacar que no seu mandato, o governo eleito foi destituído ou melhor demitido através do decreto presidencial N°1, 2020. Assim sendo, o presidente formou um governo de iniciativa presidencial. Este governo ficou no poder até junho de 2023. Com isso, queremos lembrar que o governo de iniciativa presidencial é um governo sob alçada do presidente.

Entretanto foram desenvolvidas ações relativamente à política externa como pode-se constatar ao longo da nossa argumentação feita anteriormente. As viagens do presidente Umaro Sissoco Embaló sempre são acompanhadas da Suzi Barbosa (MNE). A maioria das viagens é com finalidade de criar aliados internacionais. Existem muitas viagens e acordos assinados, porém o importante não é só viajar ou assinar acordos sem eficácia e sem obrigatoriedade de cumprimento, como bem aponta R. O Carvalho (2016), na Guiné-Bissau os acordos hora assinados não priorizam as áreas necessárias a urgente intervenção. DW-África (2021) afirma que, durante seu mandato, Sissoco Embaló fez 70 viagens em menos de 15 meses. A justificativa do presidente é aproximação do país com a comunidade internacional.

Olhando bem, percebe-se que na maioria das viagens que o presidente fez com a ex-ministra tutelar da pasta Suzi Barbosa sempre houve assinaturas de acordos, embora a presidencial dificilmente os titulares das pastas terão total independência nos exercícios das suas funções principalmente da pasta de Ministro de Negócios Estrangeiro que deve informar o presidente sobre as agendas da política externa.

Como se vê, no mandato de Umaro Sissoco Embaló sua investidura, no período de 2020 coincidiu com a pandemia Covid-19, porém acordo. O problema é que muitos acordos assinados até então não foram executadas e sem devidos esclarecimentos. Essa é uma das razões pelas quais fala-se que há muitas assinaturas dos acordos sem explicitar as contrapartidas dos mesmos, e como bem diz Djanté (2016): não existem acordos sem contrapartida.

Durante o mandato de Umaro Sissoco Embaló na Guiné-Bissau, pode-se destacar pontos negativos assim como positivo no que concerne à política externa. Os aspectos positivos: na cooperação regional, houve esforços para fortalecer a cooperação com os países vizinhos e participação ativa em organizações regionais, considerando especialmente os desafios de segurança e desenvolvimento enfrentados pela região da África Ocidental. Há também uma tentativa de diversificar as parcerias internacionais além das relações tradicionais, buscando novos mercados, investimentos e oportunidades de desenvolvimento.

As observações que podem ser consideradas como negativas refere-se à instabilidade política durante o mandato de Umaro Sissoco Embaló que tem afetado negativamente a capacidade do país em formular e implementar uma política externa coerente e eficaz. Além disso, falta de transparência nas relações exteriores, com decisões tomadas sem consulta adequada ou sem justificação clara para a sociedade. Isso minou a confiança na liderança e na política externa do país. Por outro lado, a política externa não conseguiu abordar efetivamente os desafios internos de desenvolvimento, como pobreza, corrupção e infraestrutura inadequada, o que limitou o impacto positivo da diplomacia externa na qualidade de vida dos cidadãos guineenses.

Perante esses tipos de comportamento político, há grande dúvidas sobre a política externa guineense durante esses três anos analisados. Parece uma farsa os acordos ora assinados, pois não se vê os resultados credíveis. Por outro, destaca-se as grandes visitas internacionais feitas pelo Presidente da República. De certa forma, querendo ou não traz alguma visibilidade ao país, por exemplo, a visita ao Brasil, Vaticano, Rússia e outros países, também a presidência rotativa de CEDEAO que a Guiné-Bissau chefiou através do seu Presidente da República. Houve críticas em relação às viagens, alguns analistas acreditam que as visitas feitas pelo Presidente Embaló não trazem resultado concreto ao país, além da despesa (DW-África, 2021).

Para aprimoração da política externa guineense, a estabilidade política é fundamental para uma política externa eficaz. Portanto, é crucial que as lideranças políticas na Guiné-Bissau trabalhem para promover o diálogo, a reconciliação e a governança transparente, a fim de reduzir a instabilidade política interna que pode afetar a credibilidade e a eficácia da política externa. A Guiné-Bissau deve continuar a fortalecer sua cooperação com os países vizinhos e a participar ativamente em organizações regionais, como a CEDEAO e a União Africana não de forma figurativa, mas sim levar suas propostas para serem debatidas nas assembleias das organizações nas quais faz parte. A integração regional pode proporcionar benefícios significativos em termos de segurança, desenvolvimento econômico e cooperação política. Em vez de depender excessivamente de um único parceiro externo, o país deve buscar diversificar suas relações internacionais. É essencial que as políticas externas sejam formuladas de maneira transparente e que haja prestação de contas para sociedade em geral. Isso envolve a consulta adequada às partes interessadas, a divulgação de informações sobre as decisões tomadas e a responsabilização pelos resultados alcançados. Investir no desenvolvimento de capacidades diplomáticas e institucionais pode fortalecer a capacidade da Guiné-Bissau de conduzir negociações eficazes, representar seus interesses no cenário internacional e promover uma imagem positiva do país no exterior. A política externa deve ser orientada para abordar os desafios internos de desenvolvimento enfrentados pelo país, como pobreza, corrupção, educação precária e infraestrutura inadequada. Isso pode envolver a busca por assistência técnica e financeira de parceiros internacionais, bem como a promoção de investimentos estrangeiros diretos em setores-chave da economia, resumindo que seja uma política do Estado.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o debate teórico sobre política externa, vimos que ela conheceu dois momentos. No primeiro momento, ela preocupava mais em questão de proteção territoriais através das forças militares. A segunda fase apresenta já uma característica mais democrática e uma cooperação entre Estados. Mesmo com essas contradições ideológica estas correntes continuam presente na política externa, ou seja, a presença de um não significa a eliminação do outro.

Quando aprofundar sobre política externa no contexto guineense, vimos que, houve atraso do país no que se refere a avanço nas agendas internacionais, isto devido aos sucessivos golpes de Estado e destituições dos governos, esse fato cria series de duvidas aos investidores internacionais. Também, percebe-se que a constituição é um dos fatores que condiciona o

processo de desenvolvimento da política externa do país problema está na lei magna do país. Pois, ela não define claramente a quem compete a decisão sobre política externa do país. Por outro lado, permite a intervenção do presidente da república na política externa. Isso implica que o presidente mesmo não estando no governo, de certa forma faz parte do governo. No caso, de mandato de Umaro Sissoco Embaló, vê-se também que Embaló fez muitas viagens acompanhado de Ministra dos Negócios Estrangeiros num governo de iniciativa presidencial realizaram vários acordos e aberturas das embaixadas nos exteriores.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Apolinário Mendes de. **Política Externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas relações internacionais: Diplomacia e Cooperação Internacional**. Bissau: 2ª Ed., INACEP, 2015.

CARVALHO, R. O. Política Externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais "CPLÉ & CEDEAO" (1973-2014). Porto Alegre, (2016).UFRGS.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES . **Apresentação de resultado final da segunda volta de eleição presidenciais**. CNE, 2020. Disponível em: <http://www.cne.gw/images/PDF/Apresentao-do-resultados-final-presidenciais-2020-2VOLTA.pdf>.. Acesso em: (07/09/ 2023).

CRUZ, Jorge Manuel. **O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética**. Dissertação de Mestrado. Lisboa Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 2007.

DJANTÉ, Mamudo. **Cooperação Bilateral Brasil/Guiné-Bissau: Uma análise no âmbito da cooperação SulSul (1974-2016)**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2016.

DW-ADRIÇA. **Considerado nulo acordo de petróleo entre Guiné-Bissau e Senegal**. Dw-África, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/parlamento-da-guin%C3%A9-bissau-anula-acordo-de-partilha-de-petr%C3%B3leo-com-senegal/a-60121050>. Acesso em: (16/06/2023).

DW-AFRICA. **Jomav é conhecido como homem de 25**. DW-África, 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/cda/pt-002/jos%C3%A9-m%C3%A1rio-vaz/t-19476759>. Acesso em: (20/12/2023).

DW-ÁFRICA. **Sissoco diz ser um militar no poder para "pôr ordem"**. Dw-Africa, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/sissoco-embal%C3%B3-assume-se-como-um-militar-no-poder-para-p%C3%B4r-ordem-na-guin%C3%A9-bissau/a-58570590>. Acesso em: (10/06/2023).

ECOWAS, CEDEAO. **presidente Umaro Embalo eleito presidente da CEDEAO e Omar Aliou Touray nomeado presidente da comissão da CEDEAO.** Ecowas, 2022. Disponível em: <https://ecowas.int/president-umaro-embalo-elected-chairman-of-ecowas-and-omar-alieu-touray-appointed-president-of-the-ecowas-commission/?lang=pt-pt>. Acesso em: (22/06/2023).

ECOWAS. **Umaro Sissoco Embalo Biografia.** Ecowas, 2022. Disponível em: <https://www.ecowas.int/people/general-umaro-sissoco-embalo/?lang=pt-pt>. Acesso em: (25/12/2023).

E-GLOBAL. **Guiné-Bissau receptiva à operação de sedução diplomática da Turquia.** E-global, 2020. Disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-receptiva-a-operacao-de-seducacao-diplomatica-da-turquia/>. Acesso em (20/06/2023).

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa.** vol. 1. Coleções de Relações Internacional. Saraiva, 2011.

FONSECA, João. José. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOV.BRASIL. **Presidentes do Brasil e Guiné-Bissau se reúnem em Brasília.** Governo, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-com-o-presidente-da-guine-bissau-umaro-sissoco-embalo](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-com-o-presidente-da-guine-bissau-umaro-sissoco-embalo). Acesso em: (16/06/2023).

GOVERNO DE CABO VERDE. **Cabo Verde e Guiné Bissau assinam acordos em vários domínios e activam Comissão Mista.** Governo/CV, 2022. Disponível em: <https://www.governo.cv/cabo-verde-e-guine-bissau-assinam-acordos-em-varios-dominios-e-activam-comissao-mista/>. Acessado em: (18/11/2023).

GOVERNO PORTUGAL. **Cooperação com a Guiné-Bissau será mais sólida e concreta.** Governo Portugal, 2022. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=visita-do-primeiro-ministro-a-guine-bissau-e-apoio-a-estabilidade-das-suas-instituicoes> . Acesso em: (08/06/2023).

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da Republica da Guiné-Bissau de 1996.** Disponível: [https://biblioteka.sejm.gov.pl/wp-content/uploads/2017/04/Gwinea\\_Bissau\\_port\\_010117.pdf](https://biblioteka.sejm.gov.pl/wp-content/uploads/2017/04/Gwinea_Bissau_port_010117.pdf)

KATAR, Egas Gomes Barbosa. **As Relações Entre a Guiné-bissau e a União Europeia: A Cooperação Político-Diplomática Entre a Guiné-Bissau e a União Europeia.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal), 2019.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada.** Dissertação de mestrado. UERJ, 2015.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Processo Decisório e Política Externa nos Pequenos Estados da Periferia: Cabo Verde e Guiné-Bissau| Decision-Making Process and Foreign Policy in Small Peripheral States: Cape Verde and Guinea-Bissau.** Mural Internacional, v. 7, n. 2, p. 167-185, 2016.

MINISTÉRIO DOS NÉGOCIOS ESTRANGEIROS. **Informações sobre política externa**

**da Guiné-Bissau.** Facebook, 2020 a 2023. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/mne.gw>.

O DEMOCRATA. **Coabitação com o presidente do PAIGC não seria boa para Guiné-Bissau.** O Democrata, 2019. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=21110>. Acesso em: (13/02/2024).

O DEMOCRATA. **Umaro Sissoco é o novo primeiro-ministro da Guiné-Bissau.** O Democrata, 2019. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=10775>. Acesso em: (17/06/2023).

O DEMOCRATA. **Umaro Sissoco Embaló Exonera primeiro ministro Aristides Gomes.** O Democrata, 2020. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=23790>. Acesso (07/06 de 2023).

O DEMOCRATA. **Guiné-Bissau ratifica acordo sobre a mobilidade entre Estados da CPLP.** O Democrata, 2021. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=34769>. Acessado em: (15/10/2022).

PEREIRA, Fela Armando. **Inserção internacional de um pequeno Estado:** análise sobre a capacidade estatal da Guiné-Bissau. Tese de Doutorado. UFRGS, 2020.

PINHEIRO, L e Milani, C. **“Política Externa Brasileira: os Desafios de sua Caracterização como Política Pública”.** 2013. *Contexto internacional*, 35 (1), pp. 11-41.

PORTUGUESE.CRI. **A Guiné-Bissau quer fortalecer cooperações pragmáticas com a China.** Portuguese, 2021, Disponível em:  
<https://portuguese.cri.cn/news/world/408/20210123/610690.html>. Acesso em: (15/06/2023).

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política Vol. 18, Nº 36, p.147-174, 2010.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **Cerimónia da reinstalação das forças de CEDEAO.** RFI, 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20220620-guin%C3%A9-bissau-cerim%C3%B3nia-de-instala%C3%A7%C3%A3o-das-for%C3%A7as-da-cedeao-marca-in%C3%ADcio-das-opera%C3%A7%C3%B5es-no-pa%C3%ADs>. Acessado em: (20/11/2023).

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **Domingos Simões Pereira diz que o Presidente tem de respeitar a lei.** RFI, 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20150813-domingos-simoes-pereira-diz-que-o-presidente-tem-de-respeitar-lei>. Acesso em: (10/06/2023).

SÁ, Nemésio Alves. **Política externa e Igreja Católica na Guiné-Bissau:** uma exploração histórica. UNILAB, 2020.

VATICANNEWS. **Guiné-Bissau. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa termina visita de 24 horas ao País.** Vaticannews, 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2021-05/guine-bissau-presidente-portugues-marcelo-rebelo-de-sousa-termi.html>. Acesso em: (18/06/2023).

**VISÃO. Cabo Verde e Guiné-Bissau assinam acordos durante visita de MNE guineense – PR.** Visão, 2021. Disponível em: <https://visao.pt/atualidade/mundo/2021-03-14-cabo-verde-e-guine-bissau-assinam-acordos-durante-visita-de-mne-guineense-pr/>. Acesso em: (18/11/2023).